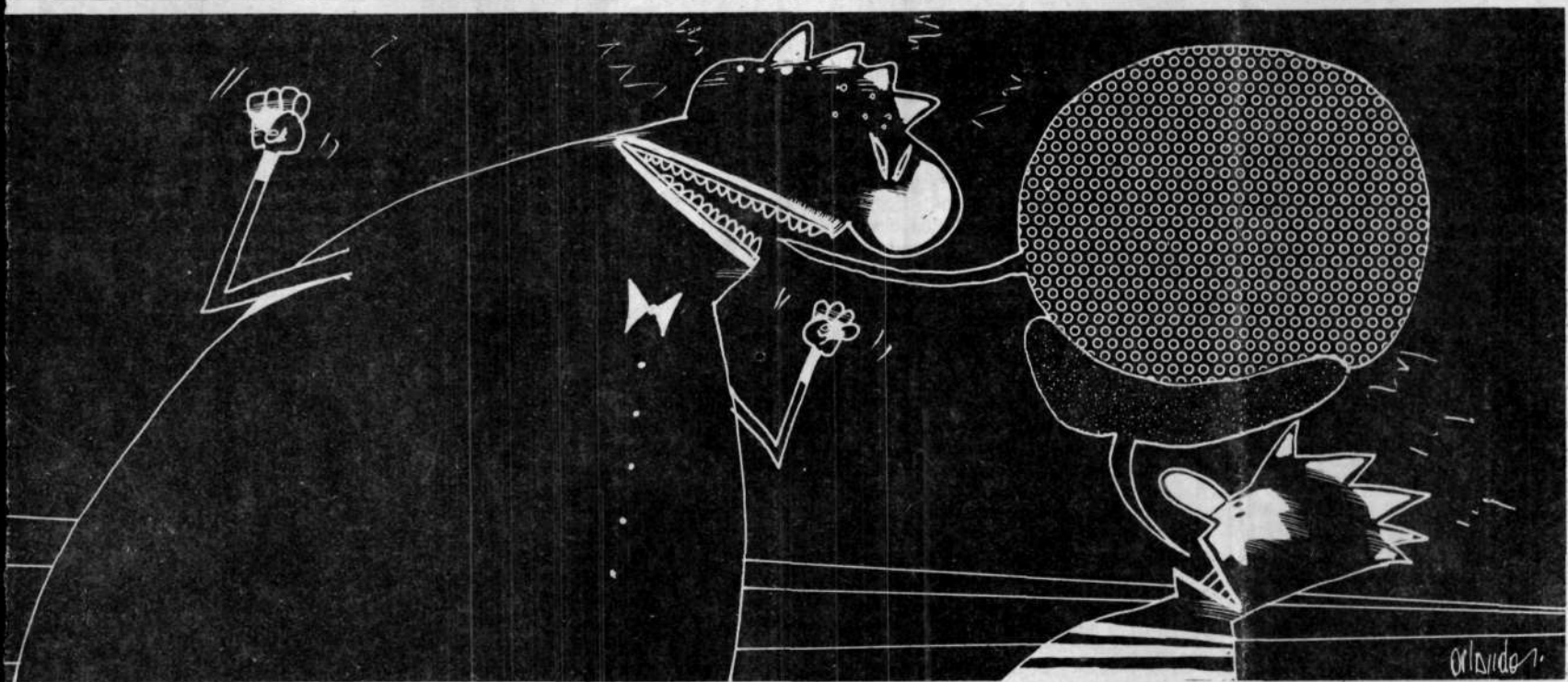


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



Parlamentarismo e presidencialismo

FLORESTAN FERNANDES

É natural que os constituintes se voltem para o parlamentarismo, como se ele fosse uma panacéia. O golpe de 1964, a ditadura e a sua continuidade sob a "Nova" República simplificam a equação: o presidencialismo constitui a fonte de todos os males. No entanto, a questão não é tão simples. O parlamentarismo é uma realidade histórica. Não é possível engendr-lo por puro voluntarismo. A menos que se pretenda, implantando-o sem base no querer coletivo popular, que o parlamentarismo se torne, por sua vez, a fonte de todos os males...

Dadas as condições concretas de existência do povo brasileiro, a razão objetiva indicará facilmente que os regimes políticos são secundários. Não é a forma de governo que determina a sociedade. É esta que determina a forma de governo. Mantidas as atuais condições históricas, o parlamentarismo seria um substituto ideal do presidencialismo. Este se esgotou e se desmoronou, porque tem servido à mais ampla, cruel e visível espoliação das classes subalternas, dos oprimidos do campo e da cidade. Ele é um instrumento de opressão, de demolição da humanidade dos pobres e dos humildes, de agente colonial de repressão e de reprodução da barbárie. Os parlamentares não podem se esquecer disso. Porque não foram os presidentes, sozinhos, que empreenderam essa terrível façanha. Eles contaram, sempre, com a colaboração permanente e prestígio dos parlamentares e dos partidos. Um parlamento que não defende a democracia para a nação não pode pretender a democracia para si próprio. Torna-se um dos artifices da democracia restrita e, de parlamento, converte-se em auxiliar do poder mais forte. O poder estatal propriamente dito fica nas mãos de um complexo político, que abrange o presidente, os mandachuvas militares, os parlamentares, os magistrados, as elites das classes privilegiadas e o "alto escalão" ministerial e burocrático. No rol das classes privilegiadas entram os representantes da burguesia internacional e os governadores das grandes potências, com os Estados Unidos à frente, para os quais a soberania nacional e a democracia, em países periféricos, são uma pilhéria.

Essa é a realidade, vista em preto e branco. A adulteração do parlamento começou no Primeiro Império, se aprofundou no Segundo Império (sob a tutela sábia do "neto de Marco

Aurélius") e foi levada às últimas consequências na Primeira República. Quer dizer, ela se iniciou e se ampliou sob o parlamentarismo, e se completou dentro da moldura histórica de uma oligarquia da escala nacional, que se batizou de "republicana", mas cuja primeira realização consistiu em destruir o republicanismo revolucionário e em institucionalizar uma República que era o seu próprio retrato, tão "imperial" quanto o antigo regime escravista.

É interessante ler Paulo Prado, "Retrato do Brasil", com um olhar desmistificador. A insistência no subjetivo, na "tristeza brasileira", na "luxúria" (numa terra radiosa vive um povo triste), na "cobiça", no "romantismo" e o "post-scriptum" que esclarece a matriz goethiana (sic!) da interpretação. A idéia-mestra, de que "aquí a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças", salienta quanto os de cima se revoltavam contra um destino histórico que os jogou nos trópicos, no meio de portugueses brancos, de negros e mulatos saídos da escravidão, uma nação que inviabilizava seus sonhos eurocêntricos. Por isso, com um olho tocavam os negócios, enriqueciam e cuidavam do seu poder; com outro, não perdiam de vista a civilização na e da Europa, enquanto deixavam crescer e reproduzir-se a barbárie mais sórdida aqui dentro.

Os de cima eram a sociedade, determinavam o Estado e a forma de governo — e se lixavam para o povo, do qual não se sentiam parte. Só que eles não eram tão livres a ponto de ultrapassar uma democracia restrita, de privilégios e para os privilegiados. A civilização, vinda de fora e consumida como livro, caviar, champanhe, mulheres da vida ou fórmulas políticas, era uma planta de estufa. Ela não se opunha à barbárie, justificava-a e escondia-a. As "necessidades práticas" alimentavam a barbárie, que não minguava nas relações entre os de cima, mas comia solta contra os de baixo. Como manter a "sociedade organizada" de outro modo? O escravo só temia o castigo corporal; o operário só se curvava à polícia. "Manter a ordem" era uma questão de "pulso firme". A classe se sobrepuja a tudo: à religião, à lei, à solidariedade humana. Nesses confines não havia cultura cívica sequer entre os de cima. Sua vida refinada a seus salões ilustrados imprimiam um toque europeu à vida do cidadão livre, prisioneiro de seus

costumes e deveres, que sonhava com os ares da civilização distante e de seus espaços infinitos...

Eis aí o essencial. Herdamos da colônia, do Império, da Primeira República uma sociedade civil que não era civilizada, embora ansiasse pela civilização, e que só era humana para os que possuíam uma condição de prol, alicerçada na riqueza, no privilégio e no poder. A infra-estrutura dessa sociedade civil exigia, como seu inferno, a barbárie como reprodução daqueles que, aos milhares, criavam a riqueza, sustentavam o privilégio e impunham a necessidade não só do poder, mas do poder absoluto. O Estado senhoril e escravista era absolutista, malgrado o parlamentarismo "inglês", que nele prevalecia. O Estado oligárquico era absolutista, apesar do federalismo e do "equilíbrio de poderes", tomados de empréstimo aos Estados Unidos. "Progresso" para os de cima; "ordem" para os de baixo: a realidade histórica fazia do presidencialismo uma variante "moderna" do parlamentarismo, porque a função do governo mantinha-se inalterável — colocar e manter o povo no seu lugar!

Quais são os requisitos econômicos, culturais e políticos do parlamentarismo e do presidencialismo? Mesmo os parlamentares que defendem com tanto ardor o parlamentarismo não os definem! Ao contrário, são parcos e por vezes vespugos ou surdo-mudos diante das transformações capitalistas mais urgentes, relacionadas com a eliminação da fome, da miséria e da doença, com a reforma agrária, com a reforma urbana, com a reforma educacional, com a revolução democrática... Querem começar pelo céu, pelo cume do edifício. E com isso entregam a sociedade civil e a sociedade política à dominação direta e à hegemonia monolítica das classes dominantes. Com isso, trocam um diabo coxo por um saci. E ignoram que têm ao alcance das mãos um meio para encetar a transformação da sociedade civil e do Estado, que não põem em prática porque são, em sua maioria, membros ativos ou representantes fiéis das classes dominantes. Como elas, não querem abolir a forma despótica vigente da dominação de classe e de exercício direto do monopólio burguês do poder estatal, por medo do povo, das reformas e revoluções capitalistas e, principalmente, do fim da "transição democrática".

O fim da "transição democrática"

marcaria a verdadeira implantação da República e do presidencialismo. Quicás, poderia representar a instauração de um republicanismo revolucionário, que hoje não ficaria confinado aos círculos esclarecidos de elites "radicais". Seria um republicanismo revolucionário das classes subalternas, dos que "não têm nada a perder" com o advento da democracia e que, certamente, introduziriam fortes doses de libertarismo anarquista, de socialismo ou de comunismo proletários no republicanismo revolucionário. Portanto, o ponto central está nos requisitos econômicos, sociais, culturais e políticos da democratização da sociedade civil. É aqui que se concentra a resistência à mudança dos estratos dominantes das classes possuidoras e de suas elites políticas, empenhadas em manter, no texto constitucional (e quicás até através do parlamentarismo), a extrema concentração da riqueza, do prestígio social, da cultura e do poder.

Nas atuais condições históricas, pouco adianta alterar a forma de governo sem tocar nas questões cruciais. Teremos um novo tipo de Estado autocrático, a serviço da defesa dos interesses dos poderosos, numa conjugação que tornará o parlamentarismo funcional para a ampliação de desenvolvimento desigual, com todos os seus fatores e sequelas. Os partidos da ordem, por sua vez, se consolidarão, mas ninguém poderá dizer de antemão que eles alterarão seu reacionarismo diante dos miseráveis da terra, dos operários e dos oprimidos em geral. É sintomático que as reformas mais urgentes são consideradas "radicais" por muitos constituintes que encaram o parlamentarismo como "a melhor saída". Por isso, penso que a prioridade cabe às transformações da sociedade civil, está na conquista de peso e voz pelos de baixo na sociedade civil e no Estado. O colapso do Congresso diante da ditadura e o uso do Colégio Eleitoral dão uma prova cabal das inclinações e possibilidades dos parlamentares, quando eles se sentem pressionados pelas classes dominantes. Para inverter esse quadro seria preciso que os parlamentares se identificassem de modo inquebrantável com a revolução democrática, o que, infelizmente, não é o caso.

FLORESTAN FERNANDES, 66, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente do PUC-SP.

A Cidade de Deus e a Constituição

LUCIANO CABRAL DUARTE

Neste ano em que o interesse político do país se concentra em torno da feitura da nova Constituição, a Igreja Católica comemora os dezesseis séculos decorridos após a conversão de Santo Agostinho.

Na sua vasta produção literária, compreendendo muitas dezenas de livros, ressalta a obra maior do bispo de Hipona: "A Cidade de Deus". O monumental escrito de Agostinho desdobra-se em 22 livros, e o grande convertido passou treze anos, de 413 a 426, para redigi-lo. Ao fim, como um suspiro de autoliberação, ele mesmo qualifica "A Cidade de Deus" de "magnum opus et arduum" ("uma obra imensa e árdua").

Agostinho se tinha formado no ambiente da cultura romana. Deixando para trás a África do Norte, onde nascera e começara seus estudos, fora em Roma e em Milão que ele aperfeiçoara seus conhecimentos e sua ilustração. Agora, bispo de Hipona, uma obscura diocese de província na terra que o vira nascer, Agostinho recebe a notícia da grande catástrofe: no dia 24 de agosto do ano de 410, Alarico, rei dos Godos, à frente de seus soldados, invade Roma e a entregara, durante três dias, ao saque. Seus "bárbaros" (como os designavam os patrícios romanos) dilapidaram implacavelmente a majestosa cidade e a incendiaram em grande parte.

Fazia um século que o imperador Constantino concedera a liberdade religiosa aos cristãos. A religião de Jesus Cristo, pouco a pouco, destronava o paganismo e seus deuses. A imensa catástrofe da queda de Roma deu ocasião a que os pagãos remanescentes comessem a divulgar a idéia de que os deuses pagãos, abandonados, tinham se retirado de Roma e entregado a metrópole às hordas de Alarico. Daí, uma vaga imensa de ódio ao cristianismo ame-

açava novamente a frágil Igreja de Cristo em todo o antigo império romano, inclusive a África do Norte.

Dos vinte e dois livros da "Cidade de Deus", os dez livros iniciais são a demolição do paganismo.

Nos doze livros seguintes, Agostinho expõe positivamente a idéia central da sua obra. Ele não quer limitar-se às convulsões sangrentas da invasão dos "bárbaros". O horizonte agora se amplia, para que se contemple o fio condutor da história universal. Os godos de Alarico, transformando Roma na fogueira de uma incêndio devorante, a queda do império sob os cascos dos cavalos vindos do norte, tudo isto não é senão um minúsculo episódio de uma luta permanente, cujos combatentes são a Cidade de Deus e a Cidade Terrestre.

A Cidade de Deus é denominada "Jerusalém"; a Cidade Terrestre recebe o nome de "Babilônia". Mas, aqui é preciso evitar dois escolhos, como o faz Agostinho. O primeiro: a Cidade de Deus não está somente no céu, na imortalidade com Deus: ela começa neste mundo, e os cristãos têm a obrigação de procurar construí-la, no seu primeiro estágio aqui na terra. O segundo equívoco teria o ressaibo do maniqueísmo: os cristãos, aqui na terra, são a Jerusalém, a Cidade de Deus; os pagãos e os não-cristãos seriam a Babilônia maldita. Desfazendo a envolvente e tentadora distinção entre os bons e os maus, neste mundo, Agostinho nos ensina que a linha divisória das duas cidades nos é invisível. E mais: ela passa por dentro do coração de cada homem. É lutando contra uma parte de si mesmo, até a morte, que o cristão garantirá seu lugar na Jerusalém definitiva, na eternidade.

O incessante e luminoso objetivo do cristão, na terra, será o de guardar sua identidade de peregrino da Cidade de Deus.

E quais seriam as características

principais desta Cidade de Deus, desde agora? As duas cidades estão enredadas, aqui em baixo, uma na outra, e a coisa única que distingue os seus cidadãos é o coração, a virtude interior. "Na Cidade Terrestre, os homens procuram-se a si mesmos, até o ponto de se esquecerem de Deus; na Cidade de Deus, os homens buscam o Senhor Eterno, até o ponto de se esquecerem de si próprios".

Agostinho avança: esta divisão da humanidade em duas metades, que se afrontam numa luta sem quartel, vem desde o pecado original. A história humana é toda ela marcada por duas "grandes pirâmides de fidelidades que se opõem": o bem e o mal.

Os homens se comunicam entre si por palavras. "Deus se comunica com os homens por palavras e por acontecimentos". Estes últimos são "os sinais dos tempos", "luminosos oásis de significação", no meio do areal do cotidiano.

"Deus sabe o que convém a cada momento da história. Ele sabe o que, naquela hora, é conveniente fazer, a juntar, tirar, apagar, aumentar, diminuir. Ele é o Criador e o Moderador imutável das coisas mutáveis, até que o esplendor do conjunto de todos os séculos chegue ao final, como o imenso concerto de um Artista infável".

Os cristãos deverão lutar para que a Cidade de Deus cresça, na terra, avançando sobre o terreno da Cidade Terrestre.

Na Cidade de Deus deve imperar a justiça segundo o Evangelho de Jesus Cristo. "Onde não há justiça, a República não existe".

Na Cidade de Deus deverá reinar a paz, "que é a tranquilidade da ordem, o maior de todos os bens". Para que a Cidade de Deus funcione na terra, é indispensável a autoridade. A autoridade de modelo cristão,

que não é uma usurpação do orgulho humano, mas é revestida de humildade. E se coloca acima das grandezas terrestres, efêmeras, móveis, instáveis, ávidas de dominar o povo. A autoridade autêntica prefere dominar suas paixões a dominar os outros homens".

Para que os católicos desempenhem na Cidade de Deus o seu dever, para que preservem sua identidade cristã, eles devem ter sempre presente a verdade bíblica: na terra, o cristão não é outra coisa do que um "estrangeiro residente". Como diz São Pedro, "estrangeiros e peregrinos". A idéia de estrangeiro-residente, engajado e livre ao mesmo tempo, Agostinho a vivera em Roma e Milão. Em nossos dias, dezesseis séculos depois, Teilhard de Chardin, tratando do mesmo tema, diz que "o cristão deve trabalhar arduamente no mundo, trazendo no coração uma indiferença apaixonada"...

Nossos constituintes se preparam aos retoques finais da nova Carta Magna. O Brasil, para o qual eles legislam, perdeu o temor de Deus, tem uma religião cristã superficial, abre as janelas de seus lares para os ventos do novo flagelo: a indiferença religiosa, o consumismo, o secularismo. "Deus morreu; e, se não morreu, não nos interessa".

Entretanto, não é possível que nessas almas batizadas de meus irmãos brasileiros algo do cristianismo não tenha permanecido. É ao que ainda existe desta identidade cristã que me dirijo, com Agostinho: "Cidadãos de Jerusalém, oh povo de Deus, oh Corpo de Cristo, oh nobreza de peregrinos, vós não sois daqui de baixo, vossa Pátria definitiva está alhures"...

D. LUCIANO CABRAL DUARTE, 61, arcebispo de Araçaju (SE), é doutor em Filosofia pela Universidade Sorbonne (França).